



MINISTÉRIO DA PESCA: DESRESPEITO E PESADELO PARA A PESCA ARTESANAL VIRA MOEDA DE TROCA NAS CAMPANHAS ELEITORAIS

Quiséramos nós, pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, que o ministério da Pesca fosse uma resposta à uma antiga demanda e desejo de que a pesca tivesse uma tratamento justo e a atenção devida do Estado Brasileiro, dada a sua importância no país devido ao grande contingente populacional e a quantidade de águas, seja os 8 mil e quinhentos quilômetros de costa, seja os 13% das águas doces do mundo, rodeadas do cuidado de inúmeras comunidades tradicionais pesqueiras, caiçaras, ribeirinhos, indígenas e quilombolas.

Durante o governo da presidenta Dilma, esse é o único ministério que teve, nos quatro anos de gestão, a troca de cinco ministros, nenhum escolhido a partir dos critérios de relação com o setor ou conhecimento sobre a pesca, especialmente a artesanal. Virou moeda de troca eleitoral para atender aos partidos de menor importância na dança das cadeiras e chantagens da base aliada. Assistimos, por vezes, a tomada de responsabilidade pelo ministério significar castigo para quem teve má atuação nas relações institucionais e a saída dele como promoção política.

O MPA (Ministério da Pesca e Aquicultura), diferente do desejo dos mais de 1,5 milhões de trabalhadores da pesca artesanal, atividade essa responsável por gerar trabalho para mais de 3,5 milhões pessoas, segundo dados do próprio governo, virou um pesadelo na vida dos pescadores e pescadoras, dos cientistas e entidades envolvidas no setor, isso porque:

- Não é capaz, sequer, de emitir as carteiras dos pescadores e pescadoras artesanais, o RGP, documento necessário para desenvolver a atividade e para ter acesso a políticas sociais. Esse processo piorou bastante em relação à época em que era assumido pela SUDEPE ou pelo IBAMA. Nos últimos 10 anos, várias vezes foram suspensas a emissão do primeiro registro trazendo danos aos direitos fundamentais dos trabalhadores. Foi ignorado a proposta do Movimento para a regionalização dos escritórios do Ministério da Pesca. Estados como o Pará possuem apenas um escritório e o acesso a este direito fundamental passa a ser instrumento de exploração e extorsão dos pescadores e das pescadoras;
- Mesmo as pescadoras tendo conseguido avançar na garantia do reconhecimento das várias atividades da cadeia produtiva da pesca, desenvolvidas principalmente pelas mulheres na lei 11.959 de 2009, fruto de um amplo processo de mobilização, o ministério até hoje se nega a reconhecer estes direitos impedindo o acesso destas mulheres ao RGP, o que dificulta o acesso a direitos trabalhistas e previdenciários. Além do mais, não reconhece a produção das mulheres nas estatísticas e não tem ações de políticas estruturadas para contemplar a demandas das pescadoras;
- Este ministério tem como perspectiva negar a pesca artesanal e para isto não construiu uma política digna para este setor, apenas fragmentária, distribui migalhas para algumas áreas com pouco ou nenhum dialogo com as comunidades e sem garantir as condições de funcionamento



e assistência técnica, acaba ficando sobre os pescadores e pescadoras o peso do fracasso das políticas pouco dialogadas;

- Na perspectiva da negação, pararam de realizar a já ruim estatística de pesca que não contabilizava toda produção da pesca artesanal, mas, ao menos, era uma referência mínima para o país, instrumento para a gestão da pesca. Cientistas se pronunciaram sobre o prejuízo e crime de estarmos por quase 10 anos sem ter informações sobre o comportamento e mudanças das espécies. É uma irresponsabilidade política para a produção de conhecimento e o futuro da biodiversidade do país. Desta forma, a pesca artesanal, que quando tinha estatística, chegava a quase 70% da produção do pescado, passou, a partir dos dados projetados, a responder apenas por 45% da produção. O objetivo é forçar um crescimento artificial da aquicultura empresarial que visa se desenvolver nas mesmas áreas onde trabalham milhares de comunidades tradicionais, do Oiapoque ao Chui;

- A criminalização dos pescadores, colocados como falsos, é a principal bandeira do ministério, que com sua politicagem tem favorecido o fisiologismo e a corrupção.

- O ministério da Pesca tem feito ingerências e usado de publicação de portarias e instruções normativas para favorecer setores pelegos da categoria, ferindo o suado e conquistado direito dos trabalhadores à livre associação e autonomia sindical. Quer forçar os pescadores a se filiarem a uma única organização e as colônias a forçadamente se submeterem à confederação nacional dos pescadores que não representa os interesses da categoria e ainda está disposta a negociar os direitos em troca de dividendos eleitorais;

- A falta de implementação da gestão compartilhada dos recursos pesqueiros e a exclusão da sociedade civil do processo de ordenamento tem gerado graves prejuízos para a pesca. Publicações de portarias de regulação, inconsistentes, prejudicam principalmente a pesca artesanal;

- Assistimos nos últimos anos a morte do Estado laico. O ministério foi aparelhado pela bancada evangélica e ser de uma igreja passou a ser o critério para a indicação dos superintendentes nos estados. É comum receber orações e ter que ouvir discursos religiosos nas audiências;

- Desde sua criação, primeiro como SEAP, depois MPA, vimos o ministério priorizar a aquicultura sempre com o interesse voltado para a exportação. Assim, o ministério pende a balança desde a estrutura, quantidade de funcionários, investimentos em projetos e pesquisa e carreamento de recursos para a aquicultura empresarial. Inaugurou a política que está privatizando os corpos d'água públicas, desta forma estão publicando editais públicos de áreas do mar, dos rios e lagos onde existem comunidades que as usam tradicionalmente. E todo esse processo é feito sem consulta, consentimento ou qualquer audiência pública.

Assistimos o genocídio das comunidades pesqueiras com toda a sorte de grandes projetos de aquicultura, energéticos, minerários, de turismo e já entendemos que o MPA é o instrumento



que coroa este processo ao não dar resposta, criminalizar e sucatear os poucos processos que funcionavam e interferir com violência na livre organização.

REPUDIAMOS ESTE PROCESSO E EXIGIMOS UM TRATAMENTO DIGNO, UMA POLÍTICA PÚBLICA DE RESPEITO A ALTURA DA IMPORTÂNCIA CULTURAL, SOCIAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DOS PESCADORES E PESCADORAS PARA O PAÍS.

MPP – MOVIMENTO DOS PESCADORES E PESCADORAS ARTESANAIS
COMISSÃO NACIONAL DE FORTALECIMENTO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS COSTEIRAS E MARINHAS - CONFREM,

Cooperativa dos Pescadores Artesanais da RDS Ponta do Tubarão - Macau
Colônia dos Pescadores Z 04 de Natal

Associação dos Pescadores e Pescadoras de Macau - APPM.

Associação dos Pescadores e Pescadoras da Praia de Carne de Vaca - Goiana/PE

Associação das Marisqueiras e Pescadores de Povoação de São Lourenço - Goiana/PE

Associação Quilombola de Povoação de São Lourenço - Goiana/PE

Associação de Moradores e Pescadores de A-Ver-o-Mar - Sirinhaém/PE

Colônia dos Pescadores Z - 10 de Itapissuma/PE.

Colônia dos Pescadores Z - 14 de Goiana/PE

Colônia dos Pescadores Z - 15 de Atapuz -Goiana/PE

Colônia dos Pescadores Z - 25 de Jaboatão dos Guararapes/PE

Colônia dos Pescadores Z - 08 do Cabo de Santo Agostinho/PE

Colônia dos Pescadores Z - 12 de Porto de Galinha - Ipojuca/PE

Colônia dos Pescadores Z - 06 de Barra de Sirinhaém - Sirinhaém/PE

Colônia dos Pescadores Z - 07 de Rio Formoso/PE

Colônia dos Pescadores Z - 05 de Tamandaré/PE

Colônia dos Pescadores Z - 09 de São José da Coroa Grande/PE

Colônia dos Pescadores Z - 22 de Barreiros/PE

Colônia dos Pescadores Z - 18 de Lagoa do Carro/PE

Colônia dos Pescadores Z - 23 de Petrolândia/PE

Colônia dos Pescadores Z - 26 de Itacuruba/PE

Colônia dos Pescadores Z - 27 de Belém do São Francisco/PE

Colônia dos Pescadores Z - 29 de Floresta/PE

Colônia dos Pescadores Z - 31 de Serrita/PE

Colônia dos Pescadores Z - 35 de Cabrobó/PE

Colônia dos Pescadores Nossa Senhora Aparecida -Serra Talhada/PE

Colônia de pescadores -74 de PIOXII - MA

Sindicato dos Pescadores de Cururupu - MA;

Sindicato dos pescadores de Rosário - MA

Sindicato de pescadores de Icatú- MA;

Associação dos pescadores de Cedral – MA;

Colônia de pescadores de Santa Helena – MA;

Sindicato dos Pescadores de Igarapé do meio – MA;

Comunidade de Cucurnã – PA

Comunidade Juá – PA



Marcelo Apel – Educador Popular

Diosmar M. Santana Filho - ativista e pesquisador

Tania Pacheco - ativista e pesquisadora

Alice Nataraja Garcia Santos (doutoranda bolsista CNPq, Universidade de Tübingen, Alemanha

Natalia D. Tadeu (pesquisadora)

João Batista da Silva – Geógrafo

Ruben siqueira, sociólogo, da comissão pastoral da terra / Bahia

Beatriz Mesquita Jardim Pedrosa

René Schärer, Amigos da Prainha do Canto Verde

Fátima Massena - Universidade Federal Rural de Pernambuco

José Augusto Laranjeiras Sampaio - Professor da Universidade do Estado da Bahia e
Pesquisador - Associado do Programa de Pesquisas sobre Povos Indígenas do Nordeste
Brasileiro - UFBA

Carlos Alberto Pinto dos Santos – Carlinhos - – CONFREM

Erika de Almeida -Oceanóloga -Msc Gestão Social e Desenvolvimento Territorial

Igor Moreira – Advogado – CE